

JUVENTUDES

E A DESIGUALDADE NO URBANO



© Renato Alarcão

DESIGUALDADES URBANAS E JUVENTUDES

ENTREVISTA COM KÁTIA MAIA*



Por que o tema da desigualdade é prioritário para a Oxfam Brasil?

Considerando a sociedade global e o planeta como um todo, é incontestável que existe atualmente uma concentração de riqueza cada vez maior. As 85 pessoas mais ricas do mundo detêm juntas o equivalente ao que a metade da população mais pobre do planeta tem. Entre março de 2013 e março de 2014, essas 85 pessoas aumentaram sua riqueza em US\$ 668 milhões diariamente! Há algo errado. Essa desigualdade é gritante quando se sabe que mais de 700 milhões de pessoas no mundo de hoje, século XXI, ainda passam fome.

Como alguém pode dormir ou viver tranquilamente sabendo que existe uma concentração de riqueza nesse nível?

Enfrentar a desigualdade é algo urgente, tem a ver com os valores éticos de uma sociedade e do que é inaceitável para uma civilização. A desigualdade gera o esgarçamento da sociedade, o que também provoca uma tensão muito grande porque esbarra no limite absurdo das ilhas da fantasia, onde tudo funciona sem questionamento, ao lado de lugares onde as pessoas não têm acesso a abso-

lutamente nada. Então, a desigualdade realmente é um tema prioritário quando se trata de pensar o desenvolvimento de um país.

A desigualdade está presente tanto no meio rural quanto no meio urbano. Por que a Oxfam Brasil está focando agora o urbano?

A Oxfam Brasil é parte da Confederação Oxfam, que começou sua trajetória setenta anos atrás, em 1942, na Inglaterra. Naquela época, a maioria da população se localizava no espaço rural, especialmente a população em situação de pobreza. Nas últimas décadas houve uma mudança, principalmente em regiões como a América Latina, onde hoje a maioria vive em cidades. Por outro lado, num continente com as especificidades da África, por exemplo, o tema rural continua sendo prioritário para a Oxfam.

É desafiador observar as cidades, cidades grandes, cidades inchadas, cidades cheias de pessoas. Elas estão reforçando cada vez mais a desigualdade e a pobreza, o que se agrava em função da situação de violência e quando consideramos recortes de gênero e raça.

Focar o urbano é dar seguimento à luta em prol do combate à pobreza e do enfrentamento da desigualdade. A Oxfam Brasil é solidária aos novos movimentos que estão acontecendo nas últimas décadas em todas essas cidades. Há uma insatisfação das pessoas nos centros urbanos que se expressa em diferentes formas de mobilização e organização social.

Essas mobilizações são impulsionadas, em sua maioria, por jovens. É por isso que vocês decidiram focar a juventude?

Há uma diversidade nas mobilizações, mas há uma realidade incontestável: a situação de exclusão social da juventude. Isso significa excluir toda uma geração e um setor importante da população brasileira.

O foco na juventude tem a ver com a situação que esse segmento de 15 a 29 anos vive hoje e também com o fato de que a juventude está apresentando para a sociedade novas formas de discutir os problemas gerados pela desigualdade e modos alternativos de pensar. As juventudes são mais livres e têm uma perspectiva diferente de mundo muito importante para todas as outras gerações.

Os jovens nos provocam a pensar em soluções diferenciadas, com base naquilo que estão experimentando em sua realidade cotidiana. Observar e aprender com os jovens também pode contribuir para pensar em soluções maiores para o conjunto da sociedade brasileira.

Você está falando de jovens em geral ou de jovens da periferia?

Quando se considera a situação territorial dos jovens em determinados espaços urbanos e as questões de gênero e raça, especialmente as diferenças de situação socioeconômica, aí a desigualdade se apresenta de forma mais explícita. Então existe um lado da abordagem relacionada com o contexto, mas também há questões relativas à juventude que transcendem a territorialidade. Há um diálogo geracional que não é 100% determinado somente pela situação econômica. Há espaços onde ocorre solidariedade e articulação entre jovens de diferentes condições econômicas, como é o caso do Ocupe Estelita, em Recife, que reuniu jovens de diferentes grupos sociais. Pensar nas problemáticas da juventude é levantar um debate para todas as juventudes, inclusive a juventude que está aí no bairro de Pinheiros ou na Vila Madalena, em São Paulo, onde está localizado o escritório da Oxfam Brasil, por exemplo.

Na primeira Conferência Nacional de Juventude, a juventude negra conseguiu influir na decisão de priorizar o tema do genocídio da juventude negra, pobre e de periferia. Há uma expectativa de criar outras políticas públicas nesse sentido?

Esse exemplo emblemático e importantíssimo do genocídio da juventude negra mostra que existem situações em que é necessário construir e colocar em prática políticas específicas que integrem diferentes ações do Estado. Certamente existe essa expectativa de que outras políticas públicas de juventude possam ser criadas.

Por que a Oxfam Brasil está querendo distribuir esta publicação na Conferência Nacional de Juventude?

A ideia é fazer uma contribuição e se somar ao debate. A gente considera a Conferência Nacional de Juventude um espaço muito importante de reflexão e encontro das juventudes e de pessoas que pensam e discutem juventude no Brasil. Não é o único, mas é um espaço institucionalizado que merece ser valorizado.

A Oxfam Brasil é parte de um movimento global por mudanças e transformação social que atua conforme um enfoque baseado em direitos. Um dos valores da Oxfam é trabalhar em parceria com outras organizações. As organizações que participam desta publicação – Ação Educativa, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Instituto Pólis, além da professora Regina Novaes – são parceiras históricas com experiências concretas nas temáticas de direitos, desigualdade, cidades, juventude, gênero e raça. A Oxfam Brasil, em conjunto com essas organizações, está se propondo a colaborar com coletivos e nos processos de articulação juvenil, visando fortalecer suas lutas e resistências contra as desigualdades e discriminações de gênero, raça e território nas cidades.

As juventudes se mobilizam para criticar o modelo de desenvolvimento econômico e pensar num projeto de nação. Essas juventudes estão fazendo história.

Falar em juventudes no plural é reconhecer os diferentes grupos, institucionalizados e não institucionalizados, que possuem diferentes olhares, mas têm em comum o projeto de um país mais justo, sustentável e igualitário, onde seja possível usufruir os direitos de fato e construir uma sociedade diferente. ●

*KÁTIA MAIA É DIRETORA EXECUTIVA DA OXFAM BRASIL.

JUVENTUDES URBANAS: O QUE PODEMOS FAZER JUNTOS?

POR REGINA NOVAES*



© Daniel Kondo

A chegada dos anos 2000 ampliou a visibilidade de movimentações de jovens de distintos setores sociais que se comunicam hoje de maneiras mais horizontalizadas, dinâmicas e multicêntricas. Isso ficou evidente durante as experiências do Acampamento Intercontinental da Juventude, realizadas em diferentes edições do Fórum Social Mundial. Em Porto Alegre se reuniram jovens ligados tanto aos espaços clássicos da participação social (partidos, sindicatos, movimento estudantil, pastorais engajadas) quanto a novas iniciativas voltadas para antiglobalização, meio ambiente, expressões culturais. Os acampamentos fizeram “da diversidade sua força”, mostrando que nenhum tipo de organização tem o monopólio de “representação” da juventude contemporânea.

2005: um marco para a configuração do “campo da juventude”

Na edição do Fórum Social Mundial de 2005, de uma articulação de vários movimentos e organizações sociais intergeracionais (como MST, Via Campesina e Consulta Popular), nasceu o Levante Popular da Juventude. Seu objetivo: “multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais”. Sua proposta: “sair juntos Brasil a fora, associando periferias e favelas, jovens que querem direitos”. Incorporando lutas urbanas, as mobilizações do Levante são marcadas por acampamentos, performances e “esculachos”, sempre utilizando várias técnicas de comunicação e linguagens artísticas.

O mesmo Fórum Social Mundial de 2005 foi cenário da plenária de fundação do Movimento Passe Livre-Brasil. Movimentos pelo preço e gratuidade do transporte – com destaque para a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e a Revolta da Catraca (Florianópolis, 2004) – motivaram a criação do MPL-Brasil como um “movimento social de transporte autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central”. Em seu repertório, destacam-se: uso de mídia independente; assembleias

horizontais, aulas públicas; pressão em torno de projetos de lei; “ação direta” (ocupação de terminais de ônibus, bloqueios de vias urbanas, “catracaço”). Nascido em um contexto de movimento estudantil de ensino médio, o MPL não se caracteriza como “de juventude” e busca agir como Frente Única pela Tarifa Zero.

Também no Fórum Social Mundial de 2005 ganhou importância o Encontro Nacional do Movimento Hip Hop, que reuniu jovens de diferentes regiões brasileiras, como parte de um importante processo de transformar o estigma de morar na periferia em um emblema gerador de arte e compromisso social.

Por fim, no mesmo espaço do Fórum Social Mundial, foi divulgado o documento final do Projeto Juventude, produzido pelo Instituto Cidadania por encomenda do então presidente Lula. Após consulta nacional, esse documento demandava a criação de um espaço institucional “de juventude” em nível federal, o que veio a se concretizar em junho do mesmo ano, com a Lei n. 11.129, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

Dez anos depois: conquistas, velhos desafios e novas contradições

No que tange ao poder público, passados dez anos, registra-se um maior número de secretarias e conselhos municipais e estaduais de juventude; a realização de Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (2007 e 2011); a promulgação o Estatuto da Juventude (2013), bem com um maior número de programas e ações públicas voltadas para jovens.

Contudo, não tem sido fácil criar vasos comunicantes entre as “caixinhas” das políticas setoriais e a integração entre os entes federados. Reproduz-se assim o hiato entre formulação e aplicação de políticas públicas, bem como persistem as contradições entre o calendário eleitoral e o tempo de maturação das políticas.

Já para os jovens gestores, “estar no governo” também implica desafios: internamente são considerados “inexperientes” para executar políticas; externamente podem ser acusados de cooptação e/ou de favorecimento de uma causa ou grupo político; e, ainda, com suas trajetórias militantes, têm dificuldades para se aproximar da chamada “juventude não organizada”.

No que tange à sociedade civil, em tempos de capitalismo globalizado e conectado, certamente os movimentos juvenis incorporam (e modificam) características de protestos mundiais (como Black Blocs e Marcha das Vadias).

Também em consonância com o tempo presente, iniciativas presenciais e virtuais se complementam, expressando-se em territórios vulnerabilizados e em redes sociais. Entre os novos coletivos juvenis, que se reúnem com diversos objetivos, vale destacar tanto os midiáticos quanto os grupos culturais locais. Arteativismo, rolezinhos, ocupações e outras formas de “ação direta” se fazem por meio de expressões artísticas e culturais, tornando os protestos políticos divertidos e irreverentes, performáticos.

Assim sendo, e não por acaso, como pudemos ver nas manifestações de junho de 2013, embora existam pontos de convergência, predomina a heterogeneidade entre coletivos e indivíduos mobilizados. Jovens com diferentes trajetórias, acionando identidades múltiplas (não necessariamente excludentes), e com diferentes experiências de militâncias (simultâneas ou consecutivas) transitam na sociedade civil e/ou em esferas governamentais.

Vida e direitos para a juventude negra: uma urgência e uma oportunidade

Entretanto, após uma década de mudanças no imaginário social brasileiro, a grave situação de violência vivida pela juventude negra nas cidades brasileiras produziu uma prioridade entre movimentos, redes e coletivos juvenis. Reconhece-se que a mortalidade de jovens é resultado de processos históricos e da criminalização da juventude pelas polícias e pela mídia. Em contrapartida, reconhece-se também que a situação exige o combate ao racismo institucional, a integração de políticas (de segurança, educação, trabalho, lazer, saúde e assistência psicossocial), o acesso à justiça, o fim dos questionáveis “autos de resistência” e a necessária reforma das polícias.

Estancar esse processo é uma urgência porque tais mortes – que chegam a números de guerra – estão banalizadas e não causam indignação na chamada “opinião pública”. Porém, ao mesmo tempo, ao acionar a solidariedade, essa causa urgente pode representar uma especial oportunidade de convergência para a ação com e entre jovens. Ou seja, sem pretensões de homogeneizar as juventudes e suas experiências, priorizar o direito à vida da juventude negra pode representar uma oportunidade para promover inéditas interlocuções que resultem em respostas inovadoras para a indagação: o que podemos fazer juntos? O aprofundamento da democracia brasileira depende de uma nova articulação entre igualdade e diversidade. ●

*REGINA NOVAES É ANTROPÓLOGA E PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

CULTURA E APROPRIAÇÃO DA CIDADE POR MEIO DE INICIATIVAS JUVENIS

POR GABRIEL DI PIERRO SIQUEIRA E MARIA VIRGINIA DE FREITAS*



Ação juvenil, com uma multiplicidade de agendas e formatos organizativos, tem conseguido produzir formas interessantes de resistência, apropriação e ressignificação dos espaços urbanos, sobretudo em grandes cidades como São Paulo. No centro desse fazer político está sua estreita relação com as práticas culturais dessa juventude.

O direito à cultura vem sendo uma das principais demandas de jovens paulistanos, como também uma das saídas encontradas para a construção de suas trajetórias e identidades num contexto de enorme segregação socioespacial. Nas periferias da cidade se multiplicam, ano a ano, coletivos, grupos e iniciativas ligados a diferentes expressões culturais, nas quais o fazer artístico se conecta à luta por direitos de negros, mulheres, LGBTs e outros sujeitos. Esse protagonismo de grupos e coletivos culturais juvenis da periferia não se deu

de uma hora para outra, mas já podia ser vislumbrado pelo menos desde os anos 1980, a partir do hip hop de jovens periféricos no centro da cidade, do movimento punk e de turmas de pichadores, tendo em comum a capacidade de promover práticas contestadoras, subversivas ou provocativas.

Os bairros periféricos de São Paulo e das outras cidades da região metropolitana sempre foram bolsões de pobreza, aonde poucas políticas públicas chegam, havendo poucos ou nenhum equipamento cultural. Contudo, foi nesse campo que nasceu uma das mais interessantes políticas públicas dirigidas à juventude: o Programa de Valorização das Iniciativas Culturais, conhecido como Programa VAI. Criado em 2003 graças a uma lei municipal construída por meio do diálogo com as juventudes da cidade, o VAI possibilitou que, pela primeira vez, recursos públicos fossem destinados diretamente a jovens

produtores culturais, sem intermediários e com pouquíssima burocracia. Dessa forma, inverteu um discurso de que jovens seriam perigosos ou imprudentes, apostando na autonomia desses sujeitos e na priorização da periferia, possibilitando que iniciativas coletivas de pessoas com idade entre 18 e 29 anos, em torno de diversas linguagens culturais, recebessem até R\$ 20 mil – em 2013, a lei foi revista, e o valor atual é de R\$ 30 mil. Com centenas de grupos apoiados tanto financeiramente como por assessoria técnica, o programa contribuiu para impulsionar a produção cultural jovem, no mesmo período em que os saraus se consolidaram nas periferias.

A difusão das ações culturais nas regiões mais afastadas do centro fez que, a partir da segunda metade dos anos 2000, a periferia vivesse uma espécie de explosão criativa, ainda que tais ações possibilitem o acesso apenas de uma parcela dos habitantes dessas áreas. Entre os efeitos que vêm sendo destacados pelos próprios grupos e coletivos, por gestores ou por pesquisadores da área, estão a criação de redes de colaboração entre produtores culturais e a formação de circuitos culturais interperiferias, fomentando novos deslocamentos entre esses espaços e bairros e também diversas articulações em torno de demandas de políticas culturais. Em 2010, por exemplo, a Rede Livre Leste, que congrega diversos grupos e coletivos da parte leste da cidade, lançou o Manifesto Policêntrico, que, entre outras coisas, reivindica espaços físicos adequados para produzir e difundir suas artes e denuncia a dificuldade de conseguir parcerias para uso dos espaços culturais públicos disponíveis. Graças à Rede Livre Leste nasceram o Fórum Cultural da Zona Leste e a Frente pelas Casas de Cultura. Posteriormente, surgiu uma articulação de produtores e produtoras culturais de todas as regiões da cidade em torno de uma lei de fomento à periferia, votada como uma das prioridades da Conferência Municipal de Cultura de 2014. Assim, a periferia paulistana conta não apenas com um contingente significativo de artistas animando uma cena cultural, mas também com uma boa capacidade de construir agendas, dialogar e pressionar o poder público.

Outro desdobramento importante diz respeito a uma mudança de olhar da juventude para a cidade e, ainda mais importante, para sua própria identidade, ao deslocar o sentido dos termos “periférico” ou “periferia”. Historicamente constituídas em torno de ideias negativas, essas palavras foram apropriadas pelos movimentos culturais e passaram a caracterizar a arte produzida nesses locais. À medida que sai da invisibilidade e ganha reconhecimento interno e externo, a produção cultural da periferia se torna uma evidência de que os “periféricos” são pessoas produtivas e criativas, além de simbolizar os laços

que vão sendo criados e geram frentes coletivas de lutas. Como aponta Renato de Almeida, mestre em Antropologia e liderança do Instituto Paulista de Juventude, a produção cultural presente nos bairros de periferia envolve também uma reconstrução espacial e do olhar para o espaço urbano na qual “o bairro torna-se uma mediação na relação com a cidade e com as estruturas de poder”¹.

É acompanhando esse movimento que a Ação Educativa mantém, desde 2007, a Agenda Cultural da Periferia, como um guia mensal das atividades culturais que dá conta da lacuna deixada pelos suplementos culturais dos jornais. Também nessa direção, realizou, em parceria com diversos grupos e coletivos, cinco edições do evento Estéticas da Periferia, que discute a produção artística periférica por meio de shows, mostras, oficinas e debates.

Num período em que o direito à cidade desponta como preocupação juvenil, o fazer cultural acaba sendo uma necessidade de jovens paulistanos, dando centralidade ao lazer e à cultura como direito. Mesmo em áreas mais centrais e ricas, a privatização de espaços públicos sufocou oportunidades de sociabilidade, enclausurando a população em espaços fechados, áreas acinzentadas e congestionamentos diários. Naturalmente, a demanda por reapropriação dos espaços públicos floresceu, desencadeando um sem-número de projetos e ações dirigidos aos espaços disponíveis e à produção de novas formas de convivência.

Além dos artistas periféricos, surgem movimentos de ciclistas, em favor do carnaval de rua, pela criação e requalificação de praças e parques; discussões sobre o conflito entre público e privado, sobre a militarização dos espaços e a violência policial, por acesso à moradia, entre tantas outras questões. Editais e outras políticas públicas tentam acompanhar e promover esse novo caldo cultural que busca realizar uma mudança de curso. O momento continua a ser de incertezas, mas é certo que há um conjunto de experiências culturais juvenis fervilhando, muito diferentes entre si, mas que fazem um importante contraponto ao modelo dominante e à crise de representatividade contemporânea. ●

*GABRIEL DI PIERRO SIQUEIRA É ASSESSOR DA ÁREA DE JUVENTUDE DA AÇÃO EDUCATIVA; E MARIA VIRGINIA DE FREITAS É COORDENADORA DA ÁREA DE JUVENTUDE DA AÇÃO EDUCATIVA

¹ Renato S. Almeida, “Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.56, p.151-172, jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p151-172>>.

A SEGREGAÇÃO COMO NORMA

POR ITAMAR SILVA*



© Daniel Kondo

O presidente da Câmara, acusado de desviar para a Suíça aproximadamente R\$ 9 milhões, mente perante seus pares e diante de toda a nação, dizendo que não é verdade. Comprovada a veracidade da denúncia, a justiça brasileira busca repatriar os valores depositados nos bancos suíços.

Apesar das evidências, o deputado Eduardo Cunha se faz de vítima e continua a mandar no país. Manobra o Congresso e, com o apoio da bancada "BBB", aprova pautas que ameaçam os avanços democráticos conquistados nos últimos trinta anos. Chantageia o governo e se mantém imune.

A sociedade civil não consegue partilhar consensos mínimos para enfrentar os desmandos do Congresso e impedir os retrocessos. A chamada grande mídia trata os atos do presidente da Câmara como leves desvios de conduta, por que não dizer estilo, espetacularizando o que é passível de críticas.

Diante da crise política, econômica e institucional que paralisa o Brasil, o Rio de Janeiro vive sua guerra particular e elege o jovem preto e pobre como elemento a ser controlado. E mais uma vez a emoção é acionada e o medo passa a justificar arbitrariedades e violação de direitos.

O verão na cidade olímpica do Rio de Janeiro

Ao menos no Rio de Janeiro, o maior perigo para as autoridades e a classe média carioca são os jovens pretos e pobres que se des-

locam, em sua maioria, das zonas Norte e Oeste da cidade ou mesmo de algumas favelas da Zona Sul em direção à orla e se atrevem a invadir as praias, em especial Copacabana e Leblon, promovendo arrastões e evidenciando os contrastes existentes na cidade. Há alguns anos, a aproximação do verão coloca em destaque a palavra "arrastão". Não seria espantoso se o termo entrasse para o dicionário brasileiro como sinônimo de grupos de jovens negros, pardos e pobres caminhando juntos em áreas nobres da cidade.

No primeiro final de semana de setembro, em que fez sol e calor forte, "arrastões e assaltos assustaram moradores e turistas no Rio de Janeiro" e "Menores promoveram arrastões em final de semana de praia lotada no Rio de Janeiro". Esse foi o tom das manchetes que provocou o governo do estado a antecipar a presença ostensiva de policiais nas praias e adjacências.

O governo agiu rápido, mobilizou as forças de segurança e, em parceria com a prefeitura (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), promoveu um bloqueio na saída dos túneis que dão acesso ao bairro de Copacabana. Homens jovens, pretos, pardos, sem documentos, sem dinheiro, com cara de moleque atrevido, malvestidos não passam. São retirados dos ônibus, com a ajuda de um profissional da assistência social, e levados para um centro de triagem da prefeitura. Após avaliação dos assistentes sociais, seus destinos são decididos: retorno para casa ou encaminhamento para um dos abrigos municipais.

Uma reportagem do jornal *Extra*, publicada no dia 22 de outubro, chama a atenção: "Manguinhos: sem área de lazer, moradores nadam em esgoto. Com medo de serem detidos na ida à praia, jovens preferem brincar em meio à poluição".

A foto mostra quatro meninos negros mergulhando nas águas poluídas da confluência do Rio Jacaré (sem meias palavras: esgoto puro) com o Canal do Cunha. São meninos da favela Mandela, uma das catorze do complexo de Manguinhos. Diz o texto: "Em tempos de confusão à beira-mar, com centenas de policiais à caça de jovens como eles, os meninos do Mandela preferem não se arriscar na Zona Sul".

Em outro ponto da cidade, em uma favela da Zona Sul, chama atenção a preocupação de uma mãe: "Meu filho, aonde você vai? Pra praia! Desse jeito não, vai trocar de camisa e botar uma bermuda melhorzinha. Tá com dinheiro no bolso? Sabe que a polícia tá prendendo gente. Não esquece o documento". Todo esse ritual porque um jovem de 15 anos, preto, morador de uma favela decidiu ir à praia num final de semana.

A mãe sabia, pela televisão, que se iniciara a Operação Verão e que a polícia estava barrando a chegada de "moleques" à praia. Para proteger o filho, jovem, morador de favela e preto, a mãe apelou para a estratégia da subordinação: se você estiver bem vestido, se comportar direitinho e se submeter, sem reação, à revista policial, você pode circular livremente pela cidade.

Parece que tudo está em seu lugar. Nos finais de semana, a polícia intensifica o controle na saída do túnel que dá acesso às praias. A estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social está de plantão com seus profissionais para acompanhar a polícia e fazer a triagem necessária; as mães, nas favelas e periferias, intensificarão os avisos para os filhos, para que se tornem invisíveis quando estiverem no "asfalto". E os meninos do Mandela continuarão a tomar banho no esgoto.

O Rio de Janeiro tem uma particularidade: as desigualdades sociais e raciais atravessam o cotidiano da cidade, na maioria do tempo de forma invisível, sem produzir conflitos. Nesse aspecto, as favelas são o elemento incômodo, na medida em que abrigam e expõem diversos aspectos dessa segregação na cidade: territorial, social, racial, etária etc. Talvez por essa razão tantas violações aconteçam nessas localidades, sem produzir indignação coletiva.

"Um relatório da Anistia Internacional constatou um aumento de 39% no número de homicídios decorrentes de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2013 e 2014. O do-

documento também chamou a atenção para o elevado índice de impunidade de policiais que cometeram assassinatos. Segundo a organização, cerca de 80% dos 220 casos de homicídios cometidos por policiais em 2011 permaneciam em aberto até 2015 – e apenas um foi denunciado à justiça pelo Ministério Público" (3 ago. 2015 – BBC Brasil).

Toda semana a mídia divulga mortes violentas em favelas. Via de regra as vítimas são jovens e negros, e a justificativa oficial é o confronto com a polícia (auto de resistência). Esse termo já está assimilado pela sociedade carioca como verdade que dispensa investigações. No entanto, vez por outra, alguém interfere no roteiro e explicita o drama. Foi o que aconteceu na favela da Providência recentemente: "imagem de policiais militares alterando a cena da morte de Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos, no Morro da Providência". O laudo mostra que o jovem levou um tiro à queima-roupa quando estava deitado. Os policiais fazem parte da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) ali instalada.

Então, a expectativa de que os novos policiais destacados para atuar nas UPPs pudessem agir diferente, seguindo um novo padrão de policiamento, com respeito absoluto às normas legais, está a cada dia mais distante. Infelizmente, esse não é um fato isolado; revela, pelo contrário, que os novos policiais incorporaram rapidamente velhos vícios.

Esta cidade é de todos?

A Cidade Maravilhosa passa por seus últimos retoques para sediar mais um megaevento: a Olimpíada 2016. Vive momentos de tensão e recorre, mais uma vez, ao discurso do medo para legitimar o uso excessivo da força, dar início à limpeza social e cumprir o acerto com o mercado.

O problema é que a cidade é dinâmica, e a periferia, cada vez mais, vem afirmando seu protagonismo e disputa por direitos. Novas formas de resistências são forjadas pelos jovens em sua luta por visibilidade e ocupação da cidade.

O desafio é se contrapor ao discurso evasivo e midiático das autoridades do Estado, que fica na superfície do problema; desconstruir o ódio e a intolerância, que ganham consistência nas redes sociais; não cair na armadilha das soluções imediatistas, que não vão à raiz do problema; e agir na perspectiva do diálogo, do encontro e de soluções compartilhadas. ●

*ITAMAR SILVA É DIRETOR DO IBASE.

A INVISIBILIDADE DA JUVENTUDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

POR CLEOMAR MANHAS*



A diversidade, apesar de muito decantada, não é reconhecida. Tem-se o Estatuto do Idoso, e as cidades ainda não estão preparadas para o envelhecimento da população; existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, com 25 anos, e boa parte da população, ao desconhecer seu conteúdo, propõe mudanças sobre o que nem sequer foi testado de fato – como reconhecer crianças e adolescentes como prioridade absoluta nas políticas públicas. Para a juventude também há um estatuto, com apenas dois anos de vida e ainda mais desconhecido pela população – e até pelo poder público, apesar de a Constituição, em seu artigo 227, dizer que jovens também devem ter direitos garantidos com absoluta prioridade não só pelo Estado, mas também pela sociedade.

Quando se observam os orçamentos da União e do Distrito Federal, percebe-se que a juventude está ausente do planejamento nesses âmbitos, a começar pelas secretarias de juventude – a federal, por exemplo, perdeu o status de ministério e está no limbo, sem saber qual papel desempenha. No Distrito Federal, foi acoplada à Secretaria das Crianças e Adolescentes, que por si só já é desempoderada, visto que sua centralidade é cuidar do sistema socioeducativo, sobre o qual o poder público e boa parte da sociedade concordam em não se importar, e em cuja pasta se localiza o que deveria ser considerado política para a juventude. No entanto, não há nada de concreto, já que as únicas ações destinadas a esse público – apoio às comemorações do Mês da Juventude e construção de centros de apoio à juventude – estão com dotação orçamentária zerada.

Além de não executadas, as ações nominalmente destinadas à juventude são insuficientes para atender à grita especialmente das

juventudes negras e periféricas, que sofrem todos os tipos de violência, sem que exista política de Estado que se preocupe com isso. Dentro do orçamento da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, as únicas ações que se poderiam considerar voltadas à juventude negra são o apoio ao projeto Cara e Cultura Negra e seus eventos, e não houve execução alguma nas duas ações.

Em nível federal, o que se tem destacado para o público “juventude”: o programa Autonomia e Emancipação da Juventude, com ações em três órgãos: o antigo Ministério do Trabalho e Emprego, a Presidência da República e o Ministério da Integração Nacional.

Para esse programa foram destinados quase R\$ 60 milhões, conforme se pode observar na Tabela 1, e executado até o momento, outubro de 2015, menos de 30% do proposto, com a maior parte em restos a pagar – faturas não pagas em anos anteriores e que concorrem com a execução anual dos orçamentos. De fato, este ano executou-se menos de 5% do previsto, quando se considera a coluna “pago”.

Dentro desse programa estão diversas e importantes ações que vão desde a realização da Conferência Nacional da Juventude até o pagamento de auxílio financeiro para jovens entre 18 e 29 anos, com o objetivo de ampliar a escolaridade e qualificá-los profissionalmente, no âmbito do Projovem Trabalhador. No caso do Projovem, a execução até o momento, de acordo com o Siga Brasil/Senado Federal, considerando restos a pagar, chega a 30%. No entanto, considerando apenas o pago, que diz respeito ao previsto para ser realizado em 2015, são apenas 3%. Muito pouco ou quase nada para uma ação que tem como objetivo “ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem”.

Jovens que entraram em distorção idade-série ou abandonaram a escola antes de concluir o ensino médio por inúmeras razões (tais como trabalho em idade precoce, gravidez na adolescência, racismo, sexismo ou preconceito voltado à população LGBT) precisam de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou até mesmo programas de alfabetização para acessar o ensino superior ou apenas concluir a educação básica.

Dentro do programa Educação Básica, que está no Ministério da Educação, há ações de incentivo, tais como descritas na Tabela 2, apoio à alfabetização e EJA; no entanto, conforme se vê, os recursos executados são praticamente em restos a pagar.

Essa pequena amostra de ações governamentais nos dois âmbitos, distrital e federal, é para demonstrar quanto a juventude é invisibilizada nas políticas públicas e conseqüentemente nos orçamentos, pois o pouco que se vê são apenas iniciativas marginais, que não vão ao cerne de questões graves, como o genocídio da juventude negra, para a qual se deveriam destinar recursos para políticas educacionais, culturais, de trabalho e renda, e de transporte que contassem com a participação de jovens em sua concepção, execução e avaliação.

Um bom exemplo de política voltada para a juventude, que jovens em diversas regiões do Brasil vêm reivindicando há tempos, é

a tarifa zero, ou passe livre, e não apenas o passe livre estudantil, que em Brasília, por exemplo, é bastante restrito, pois considera apenas os trechos entre escola, universidade e residência. Nesse caso, os direitos à cultura e ao lazer não são reconhecidos, especialmente em uma metrópole extremamente desigual, onde os equipamentos culturais, de lazer e mesmo os postos de trabalho estão centralizados e distantes das periferias. O direito à cidade é cerceado pelas inúmeras desigualdades e pela alta concentração de oportunidades nos centros, e reforçado pela dificuldade de acesso e circulação.

Importante ressaltar que as políticas precisam ser financiadas por meio de impostos progressivos, oriundos de uma política tributária com justiça social, que não sejam alvo de cortes ou contingenciamentos para bater meta de superávit primário, pois o que se vê é a não realização progressiva de direitos e até mesmo o retrocesso de direitos, visto que há poucos avanços em relação à demarcação de território para a juventude no planejamento estatal, mesmo que a Constituição a tenha reconhecido como público a ser atendido com prioridade absoluta. ●

*CLEOMAR MANHAS É EDUCADORA E ASSESSORA POLÍTICA DO INESC.

Tabela 1: Programa 2044 – Autonomia e emancipação da juventude

R\$ 1,00 correntes

Órgão (Cód./Desc.)	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
20000 – Presidência da República	40.480.000	40.480.000	3.173.194	1.512.462	1.488.015	8.862.685
38000 – Ministério do Trabalho e Emprego	17.502.026	17.502.026	584.953	584.953	584.953	5.360.886
53000 – Ministério da Integração Nacional	1.500.000	1.500.000	171.912	124.793	53.191	222.048
Total	59.482.026	59.482.026	3.930.059	2.222.208	2.126.159	14.445.620

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal, out. 2015

Tabela 2: Programa 2030 – Educação básica

R\$ 1,00 correntes

Ação (Cód./Desc.)	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
8790 – Apoio à alfabetização e à educação de jovens e adultos	314.000.000	314.000.000	147.814.914	3.816.181	107.914	115.804.141

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal, out. 2015.

JOVENS NEGRAS DO BRASIL E A TRANSMISSÃO GERACIONAL DO RACISMO E DA DESIGUALDADE

POR EVANILDO BARBOSA DA SILVA E RACHEL BARROS*



© Daniel Kondo

Historicamente, a população juvenil brasileira tem enfrentado um quadro extremamente desfavorável no que tange à garantia de direitos. Contudo, a situação a que está confrontada a população juvenil feminina, negra e pobre, além de ser dramática, tem se tornado insustentável nos dias atuais.

O alto risco que se impõe diariamente sobre a vida das jovens mulheres negras aparece como uma condição que tem rebatimentos negativos diretos sobre a democracia brasileira, já que tal situação deve ser entendida como resultado histórico de condutas coletivas socialmente perversas. O fato de a sociedade e o Estado brasileiro terem abdicado da possibilidade de difundir uma nova cultura política junto com os movimentos sociais organizados, com vistas a impedir que seguidas gerações de mulheres negras fossem submetidas a antigos processos de violações de direitos, é também um dos fatores que conformam o atual quadro para esse segmento juvenil.

Diferentes dados estatísticos apontam a condição precária à qual as mulheres negras estão submetidas. Representando 25% do contingente feminino da população brasileira (Pnad/IBGE, 2011), elas possuem em média cinco anos a menos na expectativa de vida em relação às mulheres brancas.¹ São ainda as negras que ocupam os postos de trabalho mais precarizados, formando mais de 60% do contingente alocado no trabalho doméstico. Também são elas as mulheres que mais morrem, atingindo um percentual de 48% a mais de mortes em relação às brancas, de acordo com o Mapa da Violência 2010.

Quando consideramos esses e outros dados por faixa etária, vemos que essa condição se agudiza. No que diz respeito ao atendimento à saúde, as mulheres negras entre 15 e 19 anos engravidam mais que as brancas na mesma faixa etária, com taxas de 14,1% e 8,8%, respectivamente.² Estudo realizado por Janaina Aguiar³ mostra que, quanto mais jovem, escura e pobre, maiores as possibilidades de a mulher sofrer violência no parto. No que diz respeito à violência, é importante destacar que o número de homicídio de mulheres negras é maior entre aquelas de 15 a 19 anos, chegando a 11,5 em cada 100 mil contra 4,6 de brancas da mesma faixa etária.⁴

Outro problema que tem se agravado para as jovens negras é o aumento do encarceramento feminino. De acordo com o Ministério da Justiça, dois terços do total das mulheres presas no Brasil têm entre 18 e 34 anos, 45% são pretas ou pardas, 50% têm ensino fundamental incompleto e, de cada quinze mulheres presas, catorze são responsáveis pelo sustento da família. Tais dados, além de mostrarem que o perfil das mulheres presas no Brasil é formado majoritariamente por jovens e negras, nos alertam que esse grupo vem se tornando alvo de práticas criminalizantes contra as juventudes.

O quadro descrito, longe de nos levar a antever uma alternativa simples para seu enfrentamento, quer apontar para uma questão que ainda precisa ganhar maior visibilidade no Brasil: as meninas jovens, negras e de periferia estão tendo seus sonhos, aspirações e projetos de futuros estancados, silenciados, retirados ou distanciados do horizonte temporal de suas famílias e de suas comunidades. Dizer isso significa que, ainda que consideremos e esperemos transformações nesse quadro por meio dos canais participativos nacionais – conferências, audiências públicas, CPIs, denúncias – ou da judicialização internacional das violações dos direitos, o que falta à nossa democracia é reconhecer que o Brasil não tem acordo, pacto ou projeto substantivo que se contraponha à transmissão geracional do racismo e da desigualdade contra as jovens mulheres negras.

Ainda que não identifiquemos um silenciamento absoluto em torno das reais condições de vida das jovens mulheres negras, pobres e de periferia no país – em geral graças à ação das próprias mulheres e dos movimentos feministas, juvenis, étnico-raciais e de defesa dos direitos humanos, entre outros –, prevalece um cinismo sobre o que se pode esperar do futuro desse segmento juvenil, de suas reivindicações, das formas de manifestação e de resistência em curso e, principalmente, de suas agendas de luta e de desejos coletivos. Enfrentar esse cinismo pressupõe reconhecer que o racismo e os demais preconceitos caminham de mãos dadas com o autoritarismo e a desigualdade, que teimam em avançar sobre os direitos humanos. Pressupõe também explicitar que a discriminação racial e a desigualdade de gênero aprimoram a violência como método de controle dessa população e que a desigualdade econômica continuará ofertando às futuras gerações de jovens mulheres negras e pobres discriminação e desigualdade, para que nunca nos esqueçamos de nosso passado colonial. Esse moto-contínuo de nossa trajetória social contra as jovens mulheres negras pobres do país, no processo nada silencioso da transmissão geracional do racismo e da desigualdade, é o que devemos enfrentar.

Persistem e persistirão os muitos obstáculos, mas, apesar deles, as mulheres e suas organizações ampliaram sua consciência em relação ao futuro e têm procurado valorizar o acesso a direitos como educação e saúde. Conhecem mais seus direitos e estão dispostas a defendê-los. Para isso, necessitam contar com a força e o dinamismo de organizações, movimentos sociais e outras redes, fóruns e articulações do país no apoio a ações que visem enfrentar essa situação de invisibilidade em que vivem as jovens mulheres negras das periferias e, assim, estruturar as condições societárias e políticas necessárias para romper o ciclo da transmissão geracional das desigualdades e do racismo a que esse segmento social está submetido.

Contudo, são as mulheres negras que têm incorporado em seus discursos e perspectivas a priorização do combate ao racismo, questionando a lógica de desenvolvimento em curso e se contrapondo a ela. A Marcha das Mulheres Negras 2015, a acontecer no próximo dia 18 de novembro, em Brasília, traz o tema do combate ao racismo e à violência e pelo bem viver, por meio do entendimento de que o racismo é fator responsável pela persistência de metade da população brasileira em situação de desigualdade de condições socioeconômicas. Com isso, o que se quer é valorizar práticas de sobrevivência material e simbólica construídas por essa população, em especial as mulheres negras, como possibilidade de avançar em alternativas que transformem efetivamente o atual modo de vida e garantam, de fato, desenvolvimento com soberania e dignidade. Enfim, incidir coletivamente sobre as violações que atingem diretamente as jovens mulheres negras é contribuir para que essas desigualdades históricas sejam enfrentadas, tomando-se em conta também as gerações futuras. ●

*EVANILDO BARBOSA DA SILVA É DIRETOR DA FASE, HISTORIADOR E DOUTOR EM DESENVOLVIMENTO URBANO (UFPE/MDU); E RACHEL BARROS É SOCIOLOGA, DOUTORANDA NA UERJ/IESP E EDUCADORA DA FASE RIO DE JANEIRO.

1 A pesquisa Retratos da Desigualdade, realizada pelo Ipea, mostra que no ano 2000 as mulheres negras esperavam viver 69,5 anos, enquanto as mulheres brancas, 73,8 anos.

2 Dados da pesquisa Estatísticas de Gênero – Uma análise dos Resultados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

3 Janaina Aguiar, *Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero*. Tese de doutorado. São Paulo, 2010. A mesma constatação pode ser encontrada na pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, realizada pela Fundação Perseu Abramo e pelo Sesc.

4 Dados do Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, 2015.



SEGREGAÇÃO SOCIOTERRITORIAL, JUVENTUDE E DIREITO À CIDADE

POR ANNA LUIZA SALLES SOUTO*

Apesar da melhora dos indicadores sociais no decorrer das últimas décadas, a cidade de São Paulo segue apresentando gritantes desigualdades socioterritoriais, fruto de um padrão de desenvolvimento urbano excludente, orientado pela lógica do mercado, e não pelo bem comum.

O Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo, de iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo e elaborado pela Unicamp em 2014,¹ reitera as diferenças entre os territórios da cidade, com as zonas centrais sempre apresentando melhores indicadores em todos os itens mensurados: educação, condições da habitação, trabalho, renda, violência, saúde etc. Às desigualdades territoriais se somam desigualdades de gênero e, sobretudo, de raça e cor da pele, compondo um quadro de múltiplas segregações que demarcam a dualização da cidade e os desafios que se colocam para torná-la mais justa e democrática.

Na contramão dessa configuração urbanística excludente, cabe destacar a distribuição espacial homogênea dos projetos selecionados pelo VAI.² O Mapa da Juventude revela sua dispersão relati-

vamente igualitária, apoiando iniciativas lideradas por jovens da periferia e de regiões mais centrais da cidade, sinalizando um importante passo na desconcentração das oportunidades de acesso à produção cultural.

Afora essa exceção, os dados sistematizados no mapa reforçam o que outros estudos já apontam, mas o foco nos jovens entre 15 e 29 anos é ainda mais revelador das disparidades produzidas pelo modelo de urbanização em curso. Tomando como referência as condições de moradia, o estudo aponta que, “embora em 2010 a porcentagem de jovens expostos a uma densidade domiciliar muito alta tenha se reduzido, continuava afetando mais os jovens negros e os jovens pertencentes a famílias pobres, oferecendo um retrato de como a vulnerabilidade diante das condições de habitação se concentra em certos segmentos sociais” (p.100). Outros indicadores levantados expressam com tintas mais fortes as disparidades entre as condições de vida dos jovens paulistanos. Os números falam por si: por exemplo, o distrito de Capão Redondo, no extremo sudoeste da cidade, tem 10,7% dos jovens morando em domicílios com esgoto

inadequado e 46,6% levando mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho; já no Jardim Paulista, próximo à região central e cujos moradores são de classe alta e média alta, esses percentuais são 0,1% e 5,6%, respectivamente. Quanto à taxa de mortalidade por homicídios por 100 mil habitantes de 15 a 29 anos, no Capão Redondo o mapa registra 41 *versus* 2 no outro distrito em foco.

Como os jovens se posicionam diante dessas contradições?

Grupos e coletivos juvenis com perfis diversos e de diferentes regiões de São Paulo participaram de um encontro organizado pelo Pólis e pela Ação Educativa³ e manifestaram-se a respeito dos desafios vivenciados na cidade para o exercício dos seus direitos.

O genocídio da juventude negra, o racismo, a violência policial e a criminalização da juventude e dos movimentos sociais aparecem com contundência compondo um rol de violações a que estão sujeitos amplos segmentos dos jovens paulistanos.

A dualidade da cidade também emerge como questão crucial. A concentração de oportunidades e de recursos na região mais central, contrapondo-se à carência de equipamentos e serviços nas regiões periféricas, bem como as limitações no que tange à mobilidade urbana e a consequente falta de acesso aos benefícios gerados pela vida urbana afloram como um forte entrave para a vigência do direito à cidade. O desejo de circulação e acesso às regiões centrais, mais bem equipadas e com maior oferta cultural, desponta com a mesma intensidade que a valorização da periferia e do capital social ali acumulado. Espaço de construção de identidade e do fazer político-cultural, a periferia ocupa lugar de destaque no debate. Há falas emblemáticas do forte vínculo com o território, e esse sentimento de pertencimento realimenta a atuação em prol das melhorias do lugar. “A gente ama o caos no qual a gente nasceu [...]. A gente não quer tirar crianças da rua, quer uma rua melhor para as crianças”, comenta um dos jovens participantes.

Educação e trabalho, comunicação, democratização da mídia/mídia livre, mencionada como pré-condição para dar visibilidade à potência da juventude e da periferia/“quebrada” e fazer a disputa de temas e valores caros à democracia – hoje com forte viés conservador – são igualmente questões em pauta e com destaque na agenda dos grupos e coletivos consultados.

O tema da saúde mobiliza e, para além da crítica à qualidade dos serviços prestados, a relação corpo e cidade surge como tema sensível, trazido à tona sobretudo pelas jovens mulheres. Questiona-se a dinâmica urbana que adoce, constrange e exige muito do corpo. Trans-

portes públicos lotados, dificuldade de deslocamento na cidade, correria para conciliar trabalho e escola e a consequente diminuição do tempo livre, assim como o direito ao próprio corpo se inscrevem nessa chave de leitura sobre a relação dos jovens com o espaço urbano.

A fragmentação do espaço público, a mercantilização dos serviços e o déficit de urbanidade, sobretudo na periferia, perpassam muitas das questões apontadas pelos participantes do encontro. A segregação socioespacial afronta os direitos dos jovens moradores das regiões periféricas, sobre quem recai o ônus de uma política pautada pelo interesse privado e pelo capital. A carência de equipamentos e serviços públicos, a precariedade da infraestrutura urbana e a violência concentram-se em certos territórios e projetam uma cidade cindida, apartada socialmente.

Os jovens participantes do encontro são uma amostra do vigor das ações realizadas em defesa de direitos, contra as discriminações e o racismo, contra a opressão e a intolerância. Ocupam praças e equipamentos públicos, mobilizam a cultura, a arte, o corpo e a comunicação como linguagem para denunciar as desigualdades, tensionar o instituído na procura por democratizar o espaço urbano e reafirmar a cidadania. As estratégias são diversificadas, as pautas são diversas; contudo, convergem na defesa do direito à cidade.

Segundo David Harvey, “o direito à cidade não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito”.⁴

*ANNA LUIZA SALLES SOUTO É SOCIÓLOGA E COORDENADORA DA ÁREA DE JUVENTUDE DO INSTITUTO PÓLIS.

1 Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo. Coordenação de Políticas para Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo/Unicamp. Relatório Final 2015. Disponível em: <www.portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/noticia/mapa-da-juventude-de-sao-paulo/>.

2 O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) é uma ação de incentivo cultural em vigor na cidade de São Paulo. Visa “apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais”. Ver: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/index.php?p=7276>.

3 Essa oficina faz parte da construção do programa Desigualdades na Cidade: Juventude, Raça e Gênero, de iniciativa da Oxfam Brasil e desenvolvido em parceria com outras três organizações (Fase, Ibase e Inesc), além de Pólis e Ação Educativa.

4 David Harvey, “A liberdade da cidade”. In: *Cidades rebeldes*, Boitempo/Carta Maior, São Paulo, 2013, p.33.



OXFAM

Brasil

**TRABALHANDO COM
OUTROS PARA ENFRENTAR
A INJUSTIÇA, A POBREZA
E A DESIGUALDADE.**